

O METABOLISMO DO CAPITAL E A OPERACIONALIZAÇÃO DE NOSSOS CORPOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MARX, FEDERICI E SAFFIOTI

THE METABOLISM OF CAPITAL AND THE OPERATIONALIZATION OF OUR BODIES: AN ANALYSIS BASED ON MARX, FEDERICI AND SAFFIOTI

Márcia dos Santos Fontes¹

Resumo: O presente texto busca analisar como as opressões perpetradas sobre diferentes corpos se relacionam e são operacionalizadas a partir e em prol do funcionamento metabólico do capital. Para tal, partiremos da teoria do valor de Marx presente no livro I d'*O Capital*, onde ele expõe o que chamaremos de a dialética do corpóreo e do incorpóreo no movimento do valor, que requer, antes, o corpo individual cindido em sua capacidade de automeiação, pela expropriação de terras, dos cercamentos, da colonização, para que o nosso próprio movimento metabólico, a nossa própria subsistência, dependa da mediação imposta pelo valor na forma Dinheiro. Ampliaremos a análise marxiana a partir do minucioso estudo de Silvia Federici em sua obra *Calibã e a Bruxa* (2017) acerca do processo de acumulação primitiva para o devir do capital, que envolveu uma política de terror para a disciplinarização e para uma divisão sexual e racial do trabalho; bem como pela obra *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* (1967) de Heleieth Saffioti que expõe as funcionalidades dessas opressões. A perspectiva do corpo nos permite desvelar as contradições e mecanismos de defesa do capital, e percebê-lo como a raiz dos problemas que oprimem de forma diversa os diferentes corpos.

Palavras-chave: corpo; capital; trabalho; opressões.

Abstract: *This text seeks to analyze how the oppressions perpetrated on different bodies are related and operationalized from and in favor of the metabolic functioning of capital. To this end, we will start from Marx's theory of value present in book I of Capital, where he exposes what we will call the dialectic of the corporeal and the incorporeal in the movement of value, which requires, rather, the individual body split in its capacity of self-mediation, by the expropriation of land, enclosures, colonization, so that our own metabolic movement, our own subsistence, depends on the mediation imposed by value in the form of Money. We will expand the Marxian analysis from the meticulous study of Silvia Federici in her work Calibã e a Bruxa (2017) about the process of primitive accumulation for the becoming of capital, which involved a policy of terror for disciplining and for a sexual and racial division of work; as well as the work The Woman in the Society of Classes: Myth and Reality (1967) by Heleieth Saffioti that exposes the functionalities of these oppressions. The perspective of the body allows us to unveil the contradictions and defense mechanisms of capital, and to perceive it as the root of the problems that oppress different bodies in different ways.*

Keywords: *body; capital; work; oppressions.*

¹ Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia PPGFil-UFRN. Pesquisadora bolsista CAPES.

Introdução

Por fundamentar sua filosofia crítica na ideia de um mundo humano gerado a partir do corpo ativo, do corpo trabalhador Terry Eagleton afirma ser Marx quem, afinal, redimiu a corporalidade após uma longa história de depreciação filosófica (EAGLETON, 1993, p. 147). O corpo está implicado na perspectiva materialista e dialética de Marx, concebido em sua potencialidade autome Mediadora, isto é, a partir do trabalho enquanto “atividade que põe em movimento as forças naturais do corpo – braços e pernas, cabeça e mãos” (MARX, 2017, p. 255) na transformação da natureza para a satisfação de necessidades humanas. E para o corpo convergem não apenas os objetos produzidos a fim de satisfazer-lhe, mas também os efeitos das dinâmicas (sociais, simbólicas, ecológicas etc.) envolvidas nesse processo. Há, pois, corporalmente um processo metabólico que é ao mesmo tempo biológico e social. Neste sentido, de um modo amplo, a sociedade, a civilização, cultura, tecnologias são expressões coletivas da atividade do corpo. São como o desenvolvimento extensivo desse corpo em sua autome Mediação ao longo da história humana.

Todo modo de produção pressupõe o trabalho (MARX, 2017, p. 255), isto é, pressupõe a necessidade metabólica com a natureza e, portanto, a produção de valores de uso, meios de produção etc. Todavia, a realização dessa *pressuposição*, o seu *pôr-se* efetivamente, é já histórico, é já determinado externamente pela forma social (o que produzir, de que modo, por quais meios, com qual finalidade, como o trabalho será dividido socialmente, como o produto será distribuído, de que modo a natureza ao redor e a natureza do próprio indivíduo, suas habilidades, suas forças corporais, sua inteligência, serão manipuladas e mobilizadas etc.). A forma social é, pois, a forma de regulação dos usos do metabolismo natural. De como nossos corpos trabalharão, de qual lugar ele ocupará na esfera da produção e como poderão ser saciados.

As condições para o trabalho como atividade essencialmente humana são a terra (enquanto “arsenal originário de meios de subsistência”) e as ferramentas (é quando “o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais prolongando sua forma natural” (MARX, 2017, p. 257). Ambas são como a extensão do corpo autome Mediador. No entanto, conforme Marx narra nos dois últimos capítulos do livro I de *O Capital*, o processo histórico que possibilitou o devir da forma social regida pelo capital foi o processo chamado de “acumulação primitiva” e que consiste numa espécie de mutilação de uma

classe de corpos em sua extensão – Terra e ferramentas – a partir das expropriações das terras dos camponeses, da usurpação das terras comunais, da violenta colonização e escravização no Novo Mundo, transformando os recursos naturais e a força de trabalho em mercadoria. Nas palavras de Marx: “o processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho” (MARX, 2017, p. 786).

A partir desse processo, o trabalho toma uma configuração muito específica. Como Marx nos revela no livro *I d'O Capital*, é precisamente a mediação abstrata do trabalho concreto que caracteriza historicamente o modo de produção moderno. Visto que a produção neste sistema não é de valores de uso, mas de valor de troca, para que as mercadorias sejam intercambiáveis as peculiaridades individuais das diferentes atividades laborais são homogeneizadas numa força média de trabalho social. Assim, o trabalho contido numa mercadoria, pondo de lado todas as formas concretas deste trabalho, pode ser comparado a qualquer trabalho contido em outra mercadoria, e o que confere valor à mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário objetivado nela (MARX, 2017, p. 120-124). Se o trabalho concreto demanda nossos próprios órgãos, o processo de abstração do trabalho nos transforma em meros órgãos do capital. Quando o valor de uso passa a ser apenas veículo do valor, este se torna o princípio e a finalidade do processo, tornando o corpo apenas mero *meio* para a produção de valor, cuja dinâmica expansiva e colonialista se faz perpetrando um conjunto de relações de opressão (de classes, raça, gênero, étnica, etária entre outras).

Todavia, como *meio* para a produção de valor o corpo é fundamental ao capital: é o corpo que dá tangibilidade ao valor, a partir da transformação das matérias-primas e dos instrumentos e maquinários – que já são trabalho humano objetivado, energia corporal materializada – na produção de mercadorias; é pela necessidade de consumo destas mercadorias que se dá a circulação e a realização do valor em cada troca e é pela exploração do corpo no processo de produção que se realiza o mais-valor. Não é à toa a metáfora do vampiro utilizada por Marx (2017, p. 307). Ela exprime o fato de que o capital só tem existência enquanto puder sugar o corpo humano vivo, nosso suor, sangue, cérebros, músculos.

Marx nos revela, portanto, como nenhum outro pensador, a relação entre corpo e capital, e sua análise nos permite sempre atualizações. Afinal, de quem são os corpos pelos quais o capital

circula? “Um dos principais pilares da apresentação pelo próprio Marx é que o ‘corpo coletivo’ da força de trabalho é decomposto em hierarquias” (HARVEY, 2015, p. 144).

Tais hierarquias são de clara percepção. Sabemos e sentimos que os corpos femininos são ainda mais desvalorizados em relação aos corpos masculinos no trabalho e na divisão do trabalho, que a grande maioria dos corpos condenados à margem são corpos de pessoas negras, que os corpos de indígenas são invisibilizados e exterminados. Entretanto, o fio que une essas diferentes opressões não é tão evidente. Afinal, a que elas servem? Elas possuem algum papel no funcionamento do sistema de produção vigente?

De modo geral, sendo o capital um “universal singular”² todos os corpos estão dentro e implicados funcionalmente em seu processo metabólico. Mas os papéis econômicos que cada corpo realiza possui complexidades e especificidades histórico-geográficas, sendo possível, a partir da teoria do valor e do método materialista-dialético ampliar, aprofundar ou mesmo atualizar a localização, posição e função dos corpos em seus papéis econômicos.

Como exemplo, a pensadora Silvia Federici na obra *Calibã e a Bruxa* (2017) que, não obstante sua crítica à Marx pela não valorização do trabalho reprodutivo³, sustenta suas análises e suas descobertas na teoria marxiana do valor, revelando-nos de que modo o processo de “transição” do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista necessitou de uma disciplinarização tanto dos corpos dos camponeses – que foram desapropriados pelo processo de cercamentos – para o trabalho assalariado, mas, especialmente e violentamente, dos corpos das mulheres, para uma divisão sexual do trabalho, usurpando-lhes toda a autonomia e conhecimento e condenando-as à atividade reprodutiva não assalariada que, todavia, é essencial à manutenção da força de trabalho. Ela também analisa como tal processo foi efetuado no “Novo Mundo” sobre os corpos de pessoas que foram arrancadas do continente africano e escravizadas, povos indígenas

² “singular” em relação a outras formas sociais de produção que historicamente o precederam e, portanto, perante a generalidade do trabalho, e “universal” enquanto põe a generalidade do trabalho a partir de suas próprias determinações. (FAUSTO, 2015, p. 129).

³ O processo de reprodução social posto pelo capital cujo movimento Marx buscou desvelar em sua obra de maturidade, põe, por sua vez, uma forma de reprodução da força de trabalho (reordenação do trabalho doméstico, da geração e criação dos filhos, das tarefas com a alimentação e formação daqueles que serão e são reduzidos à mão de obra do capital, dentro do qual tais atividades são impostas às mulheres como atividades não assalariadas, mas “naturalizadas”). Este trabalho de reprodução não foi compreendido por Marx como trabalho produtivo, uma vez que, do ponto de vista do capital, ele não é diretamente produtor de valor. (Ver: MARX, 2011, p. 212). A pesquisa realizada por Federici, entretanto, expõe como esse conjunto de atividades realizado gratuitamente pelas mulheres barateia o custo da produção do trabalho e, portanto, tem efeito sobre o lucro do capital.

demonizados e dizimados com o intuito de ocupar suas terras e destruir toda forma de produção pautada em um paradigma de compreensão da relação com a natureza, que seja antagônico aos interesses do capital.

Também a pensadora brasileira Heleieth Saffioti dá largos passos sobre o terreno da teoria marxiana ao investigar como os fatores sexo e cor são operacionalizados enquanto “elementos coadjuvantes” pelo próprio movimento do capital, nos evidenciando como o patriarcado e o racismo são construções sociais que, não obstante precederem o modo de produção capitalista, possuem funções e feições muito específicas na produção e circulação do capital e, portanto, devem ser compreendidas dentro das relações por ele determinadas.

No presente texto, partiremos, pois, da análise marxiana ampliando-a, contudo, a partir do enfoque dessas duas grandes pensadoras: Silvia Federici e Heleieth Saffioti que nos auxiliam na compreensão da questão: Como nossos corpos são operacionalizados pelas determinações do valor, pelo metabolismo do capital? Como esse sistema de produção que rege a realidade, que rege nossas relações, que subjuga a nossa vida, funcionaliza as opressões de classe, sexo e raça?

1. Corpos cindidos como condição para o capital vir a ser

Se invertermos a ordem de apresentação do livro I d’*O Capital* onde Marx inicia pelo elemento “Mercadoria” como o elemento mais aparente e composto de menos determinações⁴, e partirmos para o capítulo XXIV que expõe a origem histórica do capital, vemos que este modo de produção necessita antes do processo de cisão das possibilidades de automeiação. Marx narra a gênese desse modo de produção como um espetáculo horrendo de expropriações das terras

⁴ Na *Introdução* dos *Grundrisse* Marx discorre sobre as dificuldades de encontrar um ponto de partida nesta tarefa colossal de compreender o que é o capital em sua totalidade, contradições e movimento. Afinal, que aspecto possui a forma particular e total do capital? Por onde começar essa empreitada investigativa se cada uma das múltiplas determinações pressupõe e põe outra categoria que, por sua vez, resulta e reflete outras determinações? Ainda na *Introdução* Marx explica seu percurso metodológico que consiste em partir das categorias mais simples das quais a compreensão das categorias mais complexas necessitará. Já no Prefácio à segunda edição do livro I de *O Capital*, quando Marx já visualizou o funcionamento do modo de produção capitalista, ele distingue o *método de pesquisa* do *método de exposição*, que consiste em “descrever, adequadamente, o movimento real” (MARX, 2017, p. 28). A descrição desse movimento parte da aparência para a essência. Tal movimento se faz ver na ordem de organização dos capítulos que vai da aparência imediata que é a forma “mercadoria” para as essências que essa aparência inverte e oculta, até chegar nos capítulos finais no desvelamento do “segredo da acumulação primitiva”.

camponesas e comunais, da colonização e escravização. Nos *Grundrisse* Marx já havia afirmado acerca desta cisão:

Não é a *unidade* da humanidade viva e ativa com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza, que carece de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só é *completamente posta* na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 2011, p. 489).

O processo que cria a relação capitalista não poderia ser de outro jeito: é necessário separar o trabalhador e a posse das condições de realização de seu trabalho. É isto que garantirá tanto a transformação da propriedade dos meios de produção em capital quanto converterá os produtores em trabalhadores assalariados, isto é, em *capital variável* responsável por renovar o capital e gerar mais-valor.

Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. (...) Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2017, p. 787).

Dentre os países analisados por Marx como exemplificação desse processo está a Inglaterra, como “forma clássica” do movimento de expropriações onde a partir da segunda metade do século XIV a servidão havia praticamente desaparecido e a maioria da população tinha se transformado em camponeses economicamente autônomos, o que muda drasticamente a partir do século XV com a dissolução dos séquitos feudais, e com a Revolução Gloriosa que conduziu ao poder os “extratores de mais-valor”, proprietários fundiários e capitalistas que inauguram a legitimação do roubo de terras dos camponeses (*Ibidem*, p. 788; 795)⁵.

⁵ Marx analisa também o processo de colonização da Austrália. Quando os colonos levam em seus navios uma grande quantidade de capital acumulado em dinheiro, instrumentos de trabalho e 3 mil pessoas – homens, mulheres e crianças – para submeterem ao trabalho assalariado. Estes, no entanto, ao chegarem na colônia e se depararem com uma imensa extensão de terra recusam-se à sujeição visto que podiam cercar e plantar para sua própria subsistência e de sua família. O único modo para preservar os interesses dos colonizadores era que o Estado interviesse colocando preços de reservas em terras para coagi-los ao trabalho assalariado com o fim de poupar para ter acesso à terra. Nas palavras de Marx, esse fato deixa claro que, “a propriedade de dinheiro, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente” (MARX, 2017, p. 836). Nos *Grundrisse* há também uma passagem onde Marx comenta, em tom irônico, uma notícia publicada no *Times* de 1857 em que colonos plantadores das Índias Ocidentais estavam

Os estudos efetuados por Silvia Federici acerca desse momento histórico da baixa idade média levam-na a afirmar que o advento do capitalismo é uma contrarrevolução. Para ela, o capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios e do clero às lutas incansáveis que o proletariado medieval – agricultores, artesãos e trabalhadores – travou contra o poder feudal em todas as suas formas, com o objetivo de preservar seu excedente de trabalho e seus produtos, ampliar a esfera de direitos econômicos e jurídicos (FEDERICI, 2017, p. 54), derrubar os impostos e encargos que favoreciam a nobreza e pela manutenção das terras comunais (bosques, lagos, montanhas, rios) consideradas pelos servos propriedade coletiva que “proporcionavam recursos imprescindíveis para a economia camponesa” (lenha para combustível, madeira para construção, tanques de peixe, terras de pastoreio) “ao mesmo tempo que fomentavam a coesão e a cooperação comunitárias” (*Ibidem*, p. 50). Estas lutas ganharam ainda mais vigor no século XIV⁶ com a revolta camponesa de 1381 na Inglaterra, que objetivava não apenas restringir as arbitrariedades dos senhores, mas pôr fim ao poder destes e que resultou em ganhos efetivos, uma vez que, segundo a investigação de Federici, no começo do século XV a servidão havia praticamente desaparecido, configurando o que Marx havia chamado de “a idade de ouro do proletariado europeu” (FEDERICI, 2017, p. 100; MARX, 2017, p. 788-789).

Como uma contrarrevolução o capitalismo atuou em todos os níveis da vida social e política. Diante da resistência da grande maioria dos camponeses desapropriados que se recusavam ao trabalho assalariado, visto que os salários “começaram a ser vistos como instrumentos de escravidão logo que o acesso à terra chegou ao fim” (FEDERICI, 2017, p. 140), o aparato estatal tratava-os como “vagabundos, mendigos, ladrões” praticando açoites, torturas, encarceramento até submetê-los à disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. Os corpos das mulheres

indignados porque os “indolentes e malignos” *quashess* (negros livres da Jamaica) “deixaram de ser escravos não para se tornarem trabalhadores assalariados, mas para se converter em camponeses autossuficientes” (MARX, 2011, p. 256). No Brasil, a historiadora Beatriz Nascimento aborda a formação dos quilombos por negros e negras sequestrados do continente africano para serem vendidos e explorados como mão de obra, como uma forma não apenas de resistência à escravização quanto de luta para manterem sua autonomia cultural e sua estrutura original de organização comunitária ocupando novas terras como núcleos organizados socialmente e economicamente, a fim de recuperarem a condição de existência e de humanidade que lhes foi tirada pelos colonos. (NASCIMENTO, Beatriz. *O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra*. Revista *Afrodíaspóra*, ano 3, número 6 e 7, 1985, pp. 41-49). Em todos estes exemplos históricos vemos como a separação da terra e dos meios de produção é condição fundamental para a transformação dos indivíduos em mercadoria, representando, portanto, um corte na extensão do corpo automediador, que passa a mediar o saciamento de suas necessidades a partir da venda da força e habilidades de seus corpos.

⁶ A epidemia da Peste Negra neste século, que matou entre 30% a 40% da população europeia provocando escassez de mão de obra, foi, neste sentido, segundo Federici, um fator determinante na mudança das relações de poder em benefício das classes baixas (FEDERICI, 2017, p. 96).

fizeram parte dessa estratégia: para cooptar os trabalhadores mais jovens as autoridades políticas descriminalizaram o estupro contra as mulheres de classe baixa criando um clima misógino e debilitando a solidariedade de classe, bem como a institucionalização da prostituição que era vista até mesmo pela Igreja como um “remédio contra os protestos sociais, a heresia e a homossexualidade” (FEDERICI, 2017, p. 106).

O processo de expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus, a partir dos cercamentos e das privatizações de terras comunais, da escravização dos povos originários da América e da África que formou, ao mesmo tempo, um proletariado mundial e a acumulação de capital, “demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho” (*Ibidem*, p. 119), ou seja, impôs não apenas uma divisão social do trabalho, mas sexual e racial. De imposições e delimitações sobre diferentes corpos. Conforme afirma Federici:

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (FEDERICI, 2017, p. 119).

O processo de cercamentos de terras na Europa representou dois séculos de fome já que o aumento na produção de alimentos era voltado para o mercado e para a exportação (“Em setembro de 1565, na Antuérpia, enquanto os pobres literalmente morriam de fome nas ruas, um depósito desmoronou de tão abarrotado que estava de cereais” (*Ibidem*, p. 148)); trouxe desintegração familiar (os jovens abandonaram seus vilarejos à procura de trabalho enquanto os idosos eram abandonados prejudicando especialmente as mulheres mais velhas que passaram a sobreviver a partir de pequenos furtos ou empréstimos (*Ibidem*, p. 139)); promoveu a polarização do campesinato, que pela desigualdade e escassez colocavam-se contra os demais e, ainda, deu forma à divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo.

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerado um trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 145).

Esse trabalho reprodutivo que não é sequer reconhecido como trabalho passará a ser uma função considerada “natural” das mulheres. Federici nos relata como a posição das mulheres vai

sendo redefinida numa divisão sexual do trabalho que obteve êxito a partir de uma extensa política de Estado: a exclusão de mulheres de ocupações assalariadas, submissão a um intenso processo de degradação social, a expropriação social de seus saberes, a utilização do salário masculino como instrumento para comandar o trabalho gratuito das mulheres na esfera do lar, e, a partir do século XVI e XVII, (em decorrência do colapso populacional pela alta mortalidade em decorrência da fome e miséria na Europa, e pelo “holocausto” cometido pelos europeus nas colônias⁷) esse regime de “biopoder”, de controle sobre os corpos das mulheres, será ainda mais intensificado. A política de terror, de disciplinarização para o lar e para a função reprodutiva, de demonização da sua sexualidade, resvalou na campanha de intensificação da caça às bruxas⁸ que exerceu o papel principal na construção da nova função social feminina. Seus úteros foram transformados em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: “a procriação foi colocada diretamente à serviço da acumulação capitalista” (*Ibidem*, p. 178). O corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução e para a expansão da força de trabalho, tratado como máquina de procriar. A partir de então surge o novo modelo de feminilidade: a esposa ideal, passiva, obediente, casta, ocupada com tarefas domésticas e destinada à atividade reprodutiva.

Nas colônias, a resposta para a crise de mão de obra foi o tráfico de pessoas da África para serem escravizadas. O estudo de Federici nos mostra como o sexismo e o racismo não ocorreram de forma automática, mas foram legislados e impostos pelo capitalismo que utilizou as hierarquias raciais como mecanismo de defesa contra rebeliões nas colônias e para minar a solidariedade entre os oprimidos, aprovando leis que privaram os africanos de direitos civis, que anteriormente lhes haviam sido concedidos nos Estados Unidos e Caribe, e a proibição de casamentos entre brancos e negros. “A raça foi instaurada como um fator-chave na transmissão da propriedade, e uma hierarquia racial foi estabelecida para separar indígenas, *mestizos* e *mulattos* uns dos outros e da população branca”. (NASH, 1980, *apud*: FEDERICI, 2017, p. 218).

⁷ Federici cita alguns autores que nos dão uma noção desse holocausto no continente americano: “De acordo com David Stannard (1992), no século que se seguiu à conquista, a população caiu em torno de 75 milhões na América do Sul, o que representava 95% de seus habitantes. Esta é também a estimativa de André Gunder Frank, que escreve que ‘em menos de um século, a população indígena caiu cerca de 90%, chegando a 95% no México, no Peru e em outras regiões’”. (FEDERICI, 2017, p. 167).

⁸ Na França, um édito real de 1556 requeria que as mulheres registrassem cada gravidez e sentenciava à morte aquelas cujos bebês morriam antes do batismo, não importando se fossem consideradas culpadas ou inocentes de suas mortes (*Ibidem*, p. 176). Em menos de dois séculos, XV-XVII (tendo seu ápice entre 1580-1630) centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas por meio de uma vasta e articulada organização e administração oficial que Federici expõe detalhadamente nesta obra.

No Brasil, em sua condição de colônia e depois de capital dependente, a partir da análise de Saffioti é possível perceber como o homem branco da classe dominante desfrutava dessa estratificação, da hierarquia sexual e racial: servia-se tanto da herança europeia importada para cá de “domesticação” das mulheres brancas, submetidas absolutamente à sua sujeição, ao recato, ao estranhamento de seus corpos, à maternidade e aos cuidados reprodutivos, quanto servia-se dos corpos de mulheres brancas pobres condenadas à prostituição, e do estupro de mulheres indígenas e negras. Estas últimas, sob a condição de escravizadas, eram obrigadas a servir como força de trabalho, mas também tinham o papel sexual como atividade regular imposta pelos seus compradores. (SAFFIOTI, 2013, p. 236).

Importante considerar até aqui alguns aspectos:

1. Estas explorações – das terras e dos corpos de homens e de mulheres na Europa e nas colônias – foram fundamentais para a história do capitalismo, “afinal este não teria decolado sem a divisão sexual e internacional do trabalho, sem o sangue e suor que durante dois séculos fluíram das *plantations* para a Europa” (FEDERICI, 2017, p. 207). O que nos leva a concluir junto com Federici: “quando olhamos para o começo do desenvolvimento capitalista, temos a impressão de estar num imenso campo de concentração” (*Ibidem*, p. 120). Sobre o mesmo processo Marx havia afirmado: “O capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros da cabeça aos pés” (MARX, 2017, p. 830).

2. Tais processos de acumulação, de expropriação não ficaram para trás como se fizessem parte apenas do processo de gênese do capitalismo, ao contrário, segue a pleno vapor dada a necessidade de expansão do valor na forma dinheiro. No livro *O Ponto Zero da Revolução*, Federici analisa “os novos cercamentos”, e a nova contrarrevolução a partir de 1970 quando conquistas internacionais de trabalhadores foram abaladas pelo “consenso de Washington”, pelo neoliberalismo. E, no prefácio à edição brasileira da referida obra, ela refere-se às políticas do governo vigente no Brasil como continuador dessa acumulação primitiva:

A guerra declarada por Bolsonaro contra o povo brasileiro e a floresta amazônica é coerente com a velha determinação do capital em privar milhões de pessoas planeta afora de seus meios de reprodução, entregar suas terras, suas águas, suas florestas e seus bairros ao controle de corporações e eliminar quem resiste à desapropriação. (FEDERICI, 2019, p. 14).

3. As hierarquizações, as estratificações implementadas dentro mesmo da classe, como o racismo e o sexismo, que funcionam como etiquetas de inferioridade coladas em segmentos de

corpos, vai definindo seus lugares na esfera da produção e da reprodução até hoje, configurando as condições do presente. Saffioti (2013, p. 266-291), por exemplo, expõe como a longa exclusão das meninas do acesso oficial ao ensino secundário (que era a única porta de acesso ao ensino superior), obtida apenas mais de um século após os meninos (No âmbito da educação pública, as meninas permaneceram excluídas do ensino secundário até 1942. (SAFFIOTI, 2013, p. 320)), sob a justificativa de que a “carreira” feminina natural era o casamento e a maternidade, vai repercutir diretamente no lugar que a mulher vai ocupar na esfera produtiva, em funções precárias, subvalorizadas, com salários inferiores. E no caso das mulheres pretas ocuparão funções, em maior parte, domésticas⁹.

2. A operacionalização dos diferentes corpos na produção e reprodução do valor

O processo de acumulação primitiva explicita que a relação de compra e venda, de contratação do trabalhador e trabalhadora, que aparece como uma ação livre e igualitária, em um processo de troca de equivalentes, pressupõe, no entanto a “condição essencial” de que o possuidor da força de trabalho, “em vez de poder vender mercadorias em que seu trabalho se objetivou, tenha, antes, de oferecer como mercadoria sua própria força de trabalho, que existe apenas em sua corporeidade viva” (MARX, 2017, p. 243). O processo de trabalho aparece então como o próprio processo metabólico do capital que digere trabalho humano vivo para satisfazer suas determinações: perpetuar o valor procedente da circulação renovando-o continuamente na forma Dinheiro e Mercadoria e multiplicando-o a partir do Mais-Valor.

O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de um “fundo de consumo”

⁹ O estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, do IBGE, divulgado no mês de novembro de 2019, espelha a continuidade da herança colonial e ressalta a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais. O levantamento [aponta uma maior distância entre os rendimentos dos homens brancos, quando comparados aos das mulheres pretas ou pardas, que recebem 44,4% menos do que eles](https://www.brasilefato.com.br/2019/11/19/racismo-e-machismo-mantem-mulheres-negras-no-grupo-de-menores-salarios-do-pais). Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/11/19/racismo-e-machismo-mantem-mulheres-negras-no-grupo-de-menores-salarios-do-pais> Acesso em outubro de 2021.

prévio ao trabalho – depende de vender sua força de trabalho para comer –; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora. (FOLADORI, 2001, p. 108).

Na esfera da produção se revela uma espécie de movimento dialético do corpóreo e do incorpóreo no sentido em que toda a produção do capital é posta pela abstração do valor, porém, é movimentada apenas pelo corpo do trabalhador. Mas, na medida em que a mercadoria produzida possui o duplo caráter de ser valor de uso e valor, o que é produzido por ele é a incorporeidade do valor que necessita, por sua vez, da tangibilidade da mercadoria. Nesse movimento, os corpos ativos na produção são desincorporados e aparecem apenas como *trabalho abstrato*, *capital variável*, *mais-valor*. O capitalista, que só é capitalista na medida em que incorpora valor, está ausente do processo¹⁰.

Além disso, nessa venda da força de trabalho explicita-se que o que vai ser executado pela corporeidade do trabalhador e trabalhadora não provêm de sua ideação, mas da prévia ideação do capitalista. Aqui, o fazer resulta de uma potencialidade conduzida, usada, pelo pôr teleológico alheio, tornando-se meras práticas instrumentais para uma finalidade imposta. O valor e suas determinações é que projetam o modo, o fim, os produtos do processo. O capitalista, como personificação do capital, aparece como essa racionalidade superior que legitima toda organização material e dá a ela a finalidade orientadora da atividade. E, assim, quase como a hierarquia teológica de Sto. Agostinho¹¹, os corpos que mais distanciados estiverem como corpos disponíveis à execução dessa razão suprema do capital e de suas determinações, mais dispensáveis são e mais merecedores são, na perspectiva necropolítica envolvida neste sistema, da não existência. Nisto se

¹⁰ O corpo do capitalista está resguardado da contaminação do mundo do trabalho uma vez que, suas necessidades, enquanto encarnação do capital, são igualmente abstraidoras da corporeidade: necessidade de valorização do valor. Neste sentido David McNally na obra “corpos de significado: Estudos sobre trabalho e libertação” assim descreve o corpo burguês: “O corpo burguês é um corpo masculino, higienizado, racional, não biológico; não desgasta sob a pressão do trabalho rotineiro; não menstrua; não sofre a lactação nem o parto; não sente o chicote nas costas; não sofre nem morre. O corpo burguês é, em suma, uma abstração idealista”. (McNALLY, 2001, p. 05 – tradução nossa).

¹¹A hierarquia teológica que estrutura o pensamento de Santo Agostinho tem em seu ponto mais elevado Deus (compreendido como Criador, Verdade e Bem). Quanto mais gradualmente distanciados dele, quanto mais próximo da *regio dissimilitudinis*, (Confissões. VII, 10, 16), ou seja, numa região que coincide com as coisas corpóreas —, mais o indivíduo estaria em pecado. O “mal moral” que produziria a vida precária do homem e sua degradação na ordem criada refletiria esse afastamento produzido pelo (mal) uso da vontade livre, do livre-arbítrio. A analogia aqui nos serve para perceber que diante dessa razão suprema, da “divindade” onipotente do capital (MARX, 2010, p. 159) os corpos que mais dissemelhantes estiverem são lançados à degradação, ao risco da não existência. E não à toa conforme nos relata Silvia Federici (2017), muita violência cometida contra os corpos de mulheres, negros e indígenas para forçá-los a um modo determinado de trabalho dentro do capital, foi realizada sob a demonização de comportamentos, modos de vida, religiosidade, que de algum modo poderiam afetar o bom funcionamento do capital. E não à toa haja hoje uma força ideológica tão maciça mobilizando esse “livre-arbítrio” para convencer cada indivíduo que ele pode vir a ser um capitalista, um empresário de si mesmo.

incluem os idosos cuja força física já foi sugada e esgotada como força de trabalho, a massa de contingentes que não é integrada ao mercado pelo próprio sistema de exclusão produzido por este modo de produção, e os corpos daqueles cuja forma de produção e reprodução é substancialmente oposta à forma capitalista, como no caso dos corpos indígenas.

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

O que Saffioti acrescenta ou focaliza na análise marxiana é que a condição de “homem livre” (ênfatize-se: livre enquanto desprovido das possibilidades de automediação e, portanto, “disponível” para vender sua força no mercado – que é, como vimos, condição essencial para o capital, e também condição de sobrevivência humana neste sistema) não é igual para todos os membros da sociedade. Incide sobre indivíduos ou grupos de indivíduos fatores aparentemente desvinculados da produção, como o sexo, cor, etnia, etc. responsáveis por gerar uma estratificação mesmo dentro da classe. Mas como tais fatores são inseridos e oportunizados no funcionamento do capital?

A partir do materialismo dialético de Marx e do conceito de *modos de produção*¹², Saffioti busca identificar o quê dos modos de produção pré-capitalistas são conservados no sistema atual de modo a beneficiar essa estrutura. Neste sentido, e no que concerne à mulher, Saffioti constata a presença do patriarcado, a inferiorização social, política e jurídica da mulher como algo que preexiste ao capitalismo, isto é, não foi o capitalismo que inaugurou a marginalização da mulher, no devir desse modo de produção ela já se encontrava subvalorizada. Mas, como vimos a partir dos estudos de Federici, esse processo foi cruelmente e profundamente intensificado na “transição” do modo de produção feudal para o modo de produção do capital.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades

¹² “(...) na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a *estrutura econômica* da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma *superestrutura* jurídica e política e à qual correspondem formas sociais de consciência determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral”. (MARX. *apud*: SAFFIOTI, 2013, p. 64).

femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66).

Assim, a mulher adentra esse modo de produção com a dupla desvantagem no âmbito da *superestrutura* e da *estrutura*. Mas, como é a segunda que condiciona a primeira, os valores, os mitos que servem à inferiorização social da mulher são subalternos. Eles vão operar segundo a conveniência e a necessidade da estrutura vigente¹³. E neste sistema, estes elementos do patriarcado e do racismo vão assumir uma “feição inédita”.

Estes fatores vão operar como mecanismos de defesa do próprio sistema a partir de múltiplas funcionalidades: eles desviam a atenção da estrutura de classe direcionando o insucesso às características atribuídas a esses grupos, mantendo, assim, a aparência de igualdade; permite maior extração de mais-valor a partir da redução salarial destes grupos, da alocação em funções precarizadas, e no caso mais específico das mulheres, ao trabalho reprodutivo gratuito da força de trabalho que é aproveitado como consumo produtivo pelo capital.

Neste sentido, é que a análise crítica de Saffioti exprime como as opressões expõem as contradições, os mitos e ideologias desse próprio sistema. Um destes mitos é o de que o desenvolvimento do capitalismo abre as portas à emancipação de todos os indivíduos e grupos. Um mito expresso na ideologia da meritocracia e que se deve à duas características do modo de produção capitalista: a aparência de igualdade (ou igualdade formal) e a mobilidade de status individual.

Por necessitar de mão de obra “livre” disposta a vender-se no mercado, o capitalismo estabelece a igualdade formal entre seus membros. Neste sentido, ele se opõe ao modo de produção feudal que não reconhecia essa igualdade de direitos. O grau de liberdade, os direitos civis e políticos dependiam decisivamente do estamento ao qual o indivíduo pertencia. Os estamentos

¹³ Saffioti trás em sua obra diversos exemplos desse uso conveniente da mística sobre a mulher, citarei alguns: na ocasião da Primeira Guerra, quando os homens foram enviados aos fronts de batalha, os postos de trabalho tiveram de ser ocupados pelas mulheres para executar tarefas que, até então, elas eram caracterizadas como inábeis, incapazes. Diante desta necessidade, a mística foi provisoriamente suspensa, até que os homens retornaram dos conflitos, reassumiram seus postos e as mulheres voltaram em grande parte para seus lares. (Os dados sobre a elevação e posterior diminuição da força de trabalho feminina na França durante a guerra podem ser encontrados em SAFFIOTI, 2013, p. 79). Outro exemplo: no estágio inicial de ampla industrialização o capital europeu aproveitou imensas massas femininas das camadas inferiores como mão de obra industrial, mas aqui a mística era oportunizada para a redução salarial dessas mulheres e, portanto, para a extração de uma taxa maior de mais-valor. No Brasil, visto que o processo de industrialização se deu tardiamente, nem mesmo essa etapa de maior absorção da força de trabalho feminina existiu, já que se pôde importar maquinários dos países do centro que economizavam mão de obra.

fixavam a posição de classe, ou seja, a apropriação de bens econômicos não resultava, na aparência, de um processo de competição, mas derivava do pertencimento a um grupo estamentalmente privilegiado (clero e nobreza).

Entra aqui a distinção que Saffioti faz entre *status por atribuição* e *status por aquisição*. No feudalismo o status é por *atribuição* a partir de critérios desde o nascimento e aparece como inteiramente resultante de uma atribuição social que assume a feição de um fenômeno natural, no qual não interfere a vontade individual. Com a autonomização da esfera econômica, quando “a economia atinge o nível de ser-para-si” (SAFFIOTI, 2013, p. 453), o antagonismo de classe desabrocha como condição de existência não mais dependente do estamento, mas da posição que o indivíduo ocupa na esfera da produção. Formalmente é estabelecido o reino da liberdade onde todos os indivíduos são livres para competir e apenas a própria competição decide sobre a mobilidade individual e, sendo assim, o status se dá por *aquisição*, pela conquista individual. O sucesso ou a falta de êxito pessoal passa a ser responsabilidade de cada indivíduo.

Entretanto, como sabemos e sentimos, estamos apenas no reino da aparência. Quando se contrasta a aparência com a realidade, se revela uma estratificação estrutural e superestrutural. Se revela a conservação de privilégios de modos anteriores de produção de ambas as esferas. Assim, Saffioti apresenta um duplo aspecto dessa conservação:

Este fenômeno de conservação de relações sociais típicas de concretos já superados se manifesta nas sociedades capitalistas de dois modos diversos:

1. Persistência de ‘grupos privilegiados’, cuja consciência de estamento tende a ceder lugar a uma consciência de classe na medida em que cresce sua capacidade para substituir seus privilégios por uma dominação de caráter puramente econômico (grandes proprietários fundiários, por exemplo);
2. Interferência da persistência indicada no item 1 no modo de existência social dos membros da sociedade, considerados individualmente. (SAFFIOTI, 2013, p. 464-465).

Ou seja, a estrutura de classes permanece determinada pela acumulação, pela concentração de renda em famílias que concentraram riquezas por meio de explorações anteriores que foi sendo passada para filhos, netos e bisnetos. E se há manutenção de privilégios há também manutenção da condição dos desprivilegiados, fortalecida pela própria manutenção de valores mistificatórios postos como universais: da branquitude como superior, da mulher como submissa, infantilizada, como destinada por seu sexo aos serviços não remunerados do cuidado e reprodução, de pessoas negras e

indígenas como sub-humanos. Tais valores funcionalizam essa estrutura de dominação e nos impõem condições desiguais desde o berço.

De que outro modo se explicaria a persistência, no Brasil, de uma estratificação racial que confere ao negro tão ínfimo prestígio se não pelas suas vinculações com a estrutura escravocrata, na qual ele ocupava a posição de instrumento de trabalho e capital? De que outro modo, se não este, se explicaria o fato de, na estrutura de ‘classes abertas’ dos países capitalistas altamente desenvolvidos, a estratificação à base do sexo limitar grandemente a participação das mulheres naquela estrutura? Que explicação se daria ao fato de as mulheres brasileiras não terem sido absorvidas, em grande escala, pela estrutura de classes, que se veem constituindo no Brasil, se não a de que os limites de realização do sistema capitalista de produção estão figurados em seu sistema de justificação de si próprio, isto é, que seus sistemas de valores se prendem a épocas anteriores, nas quais a mulher estava condenada a ser uma eterna dependente do homem? Ora, neste sentido, as estratificações sociais são, ao mesmo tempo, sobrevivências superestruturais de estruturas já superadas e racionalizações do sistema de produção existente. (SAFFIOTI, 2013, p. 473).

Sendo assim, podemos concluir que, se no modo de produção feudal o *status por atribuição* mascarava a *aquisição*, aqui se dá o contrário: o *status por aquisição*, mascara o *status por atribuição*, a estratificação existente. Então, ainda que haja, como Saffioti destaca no ponto 2 da citação anterior, a existência de mobilidade individual nesse sistema, tanto essa mobilidade é mais dificultada pelos estratos mais distanciados na hierarquia quanto a ascensão de status que alguns indivíduos venham a alcançar, não é de nenhum modo indicador de mudança na estrutura de classes. Ele não faz desaparecer o antagonismo estrutural. A vigência da ideologia do êxito pessoal, da meritocracia, supõe uma sociedade igualitária, sem classes, em que a mobilidade ascendente do indivíduo se faz por suas capacidades, o que não é o caso dessa estrutura. Mas, é importante, do ponto de vista deste sistema, apontar essas pessoas como modelo dessa ascensão para fortalecer a aparência de oportunidades e de chances iguais.

Como Saffioti bem observa, por ter desnudado o fundamento econômico de si próprio, o capitalismo é o sistema que mais necessita de “uma capa ampla e bem elaborada sob a qual possa ocultar as injustiças sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 303). Ele precisa justificar suas imanentes contradições – a aparência de liberdade e igualdade frente à realidade da coação e da crescente e abissal desigualdade, bem como a promessa de prosperidade frente à miséria – inferiorizando aqueles a quem explora. As hierarquizações, as imputações de inferioridade em agrupamentos de corpos, o racismo, o sexismo, lhe servem como mecanismo de defesa para não expor sua incapacidade de absorver toda a mão de obra potencial, e beneficiando-se do trabalho não remunerado executado predominantemente por mulheres.

Conclusão

A perspectiva materialista dialética marxiana permite perceber que as opressões de sexo, raça, classe, dentre tantas outras que atingem nossa vida, nossas possibilidades, não são autônomas e, portanto, não podem ser compreendidas e nem combatidas isoladamente ou como problemas decorrentes apenas do âmbito da superestrutura. Como atesta Heleieth Saffioti (2013, p. 478), as estratificações não são meros “fósseis” das relações de classes anteriores, elas exprimem um momento da totalidade concreta no interior da qual mantêm relações de natureza dialética com as determinações essenciais do modo de produção vigente. Decorrem, portanto, de uma necessidade estrutural do sistema capitalista que produz e redefine as opressões, tendo-se em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins. Neste sentido, devemos ter em mente que as medidas de combate às discriminações raciais e sexuais possíveis nas sociedades capitalistas não eliminam tais injustiças. Ainda que, sem dúvida, tais medidas sejam imprescindíveis, introduzindo obstáculos ao “patriarcado-racismo-capitalismo” e preparando o caminho para lutas mais radicais, não se pode perder de vista os limites impostos pelo próprio sistema onde, no máximo, o horizonte que nos aguarda (e não a todos) é sermos mercadoria.

Referências Bibliográficas

EAGLETON, Terry. O Sublime no Marxismo. In: EAGLETON. *A Ideologia da Estética*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1993.

FAUSTO, Ruy. *Sentido da Dialética – Marx: Lógica e Política*. Tomo I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, Reprodução e Luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FOLADORI, Guillermo. *O Metabolismo com a Natureza*. Revista Crítica Marxista. nº 11, p. 105-117. São Paulo: Boitempo, 2001.

HARVEY, David. O Corpo como Estratégia de Acumulação. Em: HARVEY. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2000.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCNALLY, David. *Bodies of Meaning: Studies on Language, Labor, and Liberation*. State University of New York, 2001. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=DPye5X-DaC4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em janeiro de 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra*. Revista Afrodíaspóra, ano 3, número 6 e 7, p. 41-49, 1985. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultur%20negra.pdf> Acesso em setembro de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.